

Jornalismo em pauta

Em crise de identidade após a queda do diploma, curso é submetido à avaliação de especialistas, que propõem alterações curriculares como maior carga horária e independência da área de Comunicação Social

Marta Avancini

Aumento da carga horária, organização do currículo em seis eixos temáticos, mais equilíbrio entre teoria e prática e implantação do estágio supervisionado. Essas são algumas das propostas que constam das Diretrizes Curriculares para o Curso de Jornalismo, documento elaborado por um grupo de especialistas a pedido do Ministério da Educação e entregue ao ministro Fernando Haddad em meados de setembro.

As propostas, que ainda precisam passar pelo aval do Conselho Nacional de Educação (CNE) - órgão responsável por revisar as diretrizes de cursos - e pela homologação do ministro da Educação, estão fomentando um debate acerca dos requisitos necessários para construir um curso de jornalismo que, ao mesmo tempo, forme profissionais competentes do ponto de vista acadêmico e do exercício da profissão. Isso num contexto em que a credibilidade do curso ficou abalada, após decisão do Supremo Tribunal Federal pela não obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional.

O documento elaborado pelos especialistas é resultado de três consultas públicas realizadas no Rio de Janeiro, em Pernambuco e em São Paulo.

As Diretrizes propõem uma estrutura curricular que vá ao encontro do desafio de reformulação do curso. De acordo com o professor José Marques de Melo, que presidiu a comissão, as idéias apresentadas no documento têm o objetivo de fortalecer o jornalismo enquanto "um dos pilares da vida democrática" e formar profissionais capazes de atuar numa "sociedade produtiva, pluralista, participativa e inclusiva, num cenário de globalização compulsória".

A expectativa é a de que, dentro do formato recomendado, os cursos ofertem uma boa formação humanística e conceituai e, ao mesmo tempo, deem conta das especificidades do ofício jornalístico.

Por isso a proposta de que teoria e prática caminhem juntas ao longo de todo o curso, de modo que os blocos de conteúdo não fiquem limitados às disciplinas. "Os docentes vinculados à formação teórica devem ser capazes de levar os alunos a pensar o conhecimento ensinado em função da prática. Por sua vez, os professores mais familiarizados com as tecnologias e as rotinas profissionais precisam estar motivados para estimular seus alunos a repensar os

conteúdos midiáticos em conjunturas nem sempre previsíveis ou controláveis", explica Melo.

Profissional das antigas: grades têm de se adequar às demandas do mercado

É também com a intenção de fortalecer a identidade do jornalismo que a Comissão propõe a desvinculação do curso de jornalismo do curso de comunicação, tendência que, segundo Melo, deverá ser replicada nos demais cursos que integram a área de comunicações, que deixariam de ser habilitações para conviver de maneira autônoma nas faculdades de comunicação. "O Ministério da Educação está avançando na elaboração das diretrizes curriculares para os demais cursos", revela.

A dissociação do curso de jornalismo do de comunicação social é um dos aspectos que vêm sendo debatidos de maneira mais intensa. Para o professor José Salvador Faro, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Universidade Metodista de São Paulo, se a idéia vingar, um dos riscos é o esvaziamento da "reflexão teórica" no

afirma Rodolfo Martino, coordenador do curso de jornalismo da Universidade Metodista de São Paulo (Unimesp).

Na opinião dele, as Diretrizes incorrem no risco de induzir as escolas a montar um modelo de curso que vá ao sentido contrário das demandas do mercado. Além disso, argumenta Martino, com o fim da obrigatoriedade do diploma, o curso tem de ser bastante atraente, possibilitando, desde o início, que o aluno trabalhe com a linguagem jornalística.

Como o cenário ainda está indefinido, pois as Diretrizes não passaram pelo CNE, Martino diz que, por ora, a Metodista não considera realizar eventuais adaptações no seu curso. "Mas o nosso currículo já se aproxima bastante das propostas das Diretrizes", explica.

Os eixos previstos nas Diretrizes são: fundamentação humanística, fundamentação específica, fundamentação conceitual, formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial.

"Essa carga horária pode ser cumprida de forma dinâmica, eficaz e inovadora, na medida em que os projetos pedagógicos dos cursos de jornalismo otimizem períodos ociosos no calendário escolar. Tudo vai depender da flexibilidade e criatividade das instituições de ensino", defende Marques.

Uma das intenções das Diretrizes é evitar que as instituições de ensino incluam nos seus currículos os "tradicionais elencos de matérias ou grades disciplinares". Isto para "libertar os supervisores docentes das amarras da burocracia", segundo explicação do presidente da Comissão.

O DOCUMENTO COM AS PROPOSTAS É RESULTADO DE TRÊS CONSULTAS PÚBLICAS E AINDA DEVE PASSAR PELO AVAL DO CNE E DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

campo da comunicação, ao qual o jornalismo está necessariamente vinculado. Contudo, a autonomia também pode abrir espaço para que os cursos trabalhem com mais ênfase a "especificidade do conceitual do campo profissional", o que pode ser positivo.

No contexto atual, de extinção da obrigatoriedade do diploma, Faro acredita que o modelo proposto nas Diretrizes pode fortalecer a identidade da profissão. Mas faz uma ponderação: isso só se realizará na prática se as instituições de ensino superior e os docentes forem capazes de implementar, com seriedade, o modelo de currículo proposto.

Outro ponto que está levantando polêmica é a recomendação para que a carga horária aumente das atuais 2.700 horas para 3.200 horas. "De maneira geral, os alunos de jornalismo começam a trabalhar cedo, então o curso tem de ser capaz de lidar com duas realidades, a da formação e a do mundo do trabalho",

O coordenador do curso de comunicação social do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), Henrique Moreira, também se mostra contrário ao aumento da carga horária, além de enxergar dificuldades na proposta de unir teoria e prática ao longo do curso. "Recentemente, o Ministério reduziu a carga de 3.200 horas para 2.700 horas. Agora vai aumentar de novo? Será necessário fazer uma nova readequação", analisa.

O presidente do grupo responsável por elaborar as diretrizes, José Marques de Melo, admite que o aumento da carga horária gerou muita polêmica na Comissão. Apesar disso, o grupo optou pela ampliação da carga horária sob o argumento de que as instituições de ensino podem dar conta dos seis eixos de formação propostos, além das atividades, complementares, do estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso.

O coordenador do UniCeub, Henrique Moreira, aponta que, em sua opinião, as diretrizes não são suficientemente claras quanto ao que cada eixo temático deverá contemplar. "O que significa fundamentação humanística? Os alunos terão antropologia, sociologia?" questiona.

A obrigatoriedade do estágio é outro ponto que está gerando polêmica, devido à dificuldade das instituições de realizar um acompanhamento rigoroso. O texto das Diretrizes prevê 200 horas de estágio além de 300 horas de atividades complementares, o que, para Moreira, pode significar uma sobrecarga excessiva.

Nesse sentido, o coordenador do UniCeub enfatiza que o fundamental não é o currículo, mas a qualidade do curso. "Nisto sim, o Ministério da Educação e o Inep têm um papel importante a desempenhar, monitorando a qualidade dos cursos e impedindo que cursos de má qualidade continuem a funcionar." •